



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**KÉZIA COSTA DE SOUZA**

**A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS DE  
EJA NA DRE05/SEDUC/PARÁ**

**BELÉM/PA**

**2024**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

S719c Souza, Kézia Costa de.  
A construção do projeto político pedagógico das escolas de EJA na  
DRE05/SEDUC/Pará / Kézia Costa de Souza. — 2024.  
xviii, 17 f.

Orientador(a): Profª. Dra. Zenilda Botti Fernandes  
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Ciências da Educação, Faculdade de Educação, Belém, 2024.

1. Projeto Político Pedagógico. 2. Educação de Jovens e  
Adultos. 3. Formação continuada. I. Título.

CDD 374

---

## A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO 05 /SEDUC/PARÁ<sup>1</sup>

Kézia Costa de Souza<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo tem por objetivos descrever e analisar o processo de construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) nas escolas que oferecem a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), vinculadas à Diretoria Regional de Educação (DRE05/SEDUC), por meio de um projeto de extensão da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Pará (FAED/UFPA). A relevância das ações interventivas nesse contexto, se justifica pela demanda oriunda das escolas noturnas por reformulação dos PPP's, após constatação de que em todas elas o número de alunos tem reduzido significativamente, quer seja pela escassa procura por matrículas nesta modalidade, quer seja pelos índices elevados de evasão e ações didático-pedagógicas improvisadas e desintegradas do todo da instituição. A metodologia de trabalho adotada no desenvolvimento das ações foi a pesquisa colaborativa na qual o grupo de pesquisadores da universidade tomaram tempo para ouvir, observar, acompanhar e perceber a dinâmica das escolas da EJA, contribuindo no processo de problematização e reflexão sobre as práticas pedagógicas de gestão, coordenação, docência e formação continuada e na reformulação dos PPP's. O referencial teórico levou em consideração três eixos de discussões a partir de Vasconcellos (1995); Veiga (2001); Pimenta (2012), dentre outros. As ações extensionistas possibilitaram a gênese de um movimento de fortalecimento e integração entre as escolas noturnas da DRE5 em torno de um objetivo comum, que resultou na elaboração de um planejamento pedagógico coletivo, a organização de estratégias para a formação continuada das equipes pedagógicas, a reformulação dos PPP's, ajustes na oferta da modalidade de EJA no bairro e a permanência na busca por melhorias significativas em cada escola.

**Palavras-chave:** Projeto Político Pedagógico (PPP); Educação de Jovens e Adultos (EJA); Formação Continuada.

---

<sup>1</sup> Artigo elaborado como Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UFPA (Campus Belém). Orientado pela Prof.a. Dr. Zenilda Botti Fernandes da Faculdade de Educação/ICED/UFPA. Defendido em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Pedagogia (Campus Belém) da Universidade Federal do Pará (UFPA).  
E-mail: [kezia.souza@iced.ufpa.br](mailto:kezia.souza@iced.ufpa.br)

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca analisar o processo de construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) nas escolas que oferecem a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Diretoria Regional de Educação (DRE 05)<sup>3</sup>. O projeto foi desenvolvido em três eixos principais: (1) o PPP como guia fundamental para a prática educativa, (2) a EJA e seus desafios específicos, e (3) a formação continuada das equipes pedagógicas, de forma a refletir as necessidades específicas dessa modalidade nas escolas envolvidas. A relevância do PPP como guia para a prática educativa é inegável, e sua concretização muitas vezes esbarra em desafios de natureza pedagógica, estrutural, epistemológica e financeira, entre outros. Essa constatação reflete de maneira contundente a realidade vivenciada pelas escolas da DRE 05, que uniram esforços com a FAED/UFPA em um projeto de extensão voltado à formação continuada de suas equipes pedagógicas. Essa parceria estabelecida entre instituições educacionais e universidades emerge como um passo vital na busca pela melhoria da qualidade do ensino.

O estudo foi motivado após ingressar como bolsista do projeto de extensão e acompanhar as oficinas de orientação feitas às equipes pedagógicas para adequação dos PPPs das escolas que ofereciam EJA, sem que, no entanto, essa modalidade constasse nos PPPs. Nesse contexto, surgiram inquietações significativas no sentido de compreender como a escola orientava o fazer pedagógico sem uma referência teórico-filosófica e metodológica para enfrentar os desafios da EJA.

Nesse sentido, A metodologia de trabalho adotada neste projeto foi a pesquisa colaborativa, na qual o grupo de pesquisadores da universidade dedicou-se a ouvir, observar, acompanhar e perceber a dinâmica das escolas de EJA, contribuindo no processo de problematização e reflexão sobre as práticas pedagógicas, gestão, coordenação, docência e formação continuada, possibilitando assim a reformulação dos PPPs. Esse movimento extensionista fomentou um fortalecimento e integração entre as escolas noturnas da DRE05, promovendo a elaboração de um planejamento pedagógico coletivo e a organização de estratégias para a formação continuada das equipes pedagógicas. A análise realizada possibilita reflexões de grande valor pedagógico, por haver concordância entre os pesquisadores da educação, por ser considerado um instrumento essencial para orientar e organizar a prática

---

<sup>3</sup> A Diretoria Regional de Educação (DRE-05) é uma divisão administrativa que coordena a implantação da política educacional do município, em cada território.

educativa de uma instituição de ensino. Sua construção, acompanhamento e avaliação reforçam os princípios democráticos das instituições públicas a partir de uma visão coletiva e compartilhada dos objetivos e valores da escola, além de definir diretrizes para o planejamento e desenvolvimento das atividades educacionais. Nessa perspectiva, o PPP também é fundamental para promover a participação da comunidade escolar na gestão e no processo educativo, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem. No entanto, como em um tecido complexo, podem surgir brechas e lacunas que comprometem seus propósitos.

Inserida neste cenário de observação participativa e acompanhamento das ações do projeto de extensão, encontra-se a EJA, uma modalidade educacional abrangente e de grande importância, permitindo que jovens, adultos e idosos tenham acesso à escola pública e gratuita. Durante a análise das escolas, constatou-se que, embora existisse um PPP, não havia referências claras a ele em suas práticas. A heterogeneidade dos alunos em diferentes faixas etárias, muitas vezes agrupados nas mesmas turmas, já é um fator complexo, agravado por questões como vulnerabilidade socioeconômica, violência, infraestrutura precária, recursos didáticos limitados, dificuldades de aprendizagem, entre outros fatores. Esses elementos afetam os processos de aquisição do conhecimento, causando desmotivação, abandono, evasão e reprovação, fenômenos que revelam o fracasso escolar.

Os desafios enfrentados pela EJA são oriundos de condições internas e externas à escola, abrangendo questões sociais, pedagógicas, emocionais, metodológicas, e relacionadas à formação de professores e políticas públicas afirmativas para essa população. O PPP, no entanto, apresenta-se como um instrumento unificador, oferecendo diretrizes para o enfrentamento desses desafios. É certo que no espaço deste artigo não se esgotam as múltiplas reflexões e discussões sobre três temáticas tão amplas e multifacetadas — PPP, EJA e Formação Continuada —, porém, o exercício do pensar e da busca pelo conhecimento no confronto da realidade, pode fazer avançar a conscientização e a transformação de práticas alienantes para esse grupo de sujeitos com direito a uma educação de qualidade.

Para o alcance dos objetivos desta investigação, buscou-se uma abordagem que contemplasse prioritariamente os temas do PPP, EJA e Formação Continuada, organizados em seções: 1) Introdução 2) Fundamentos teóricos do PPP, da EJA e da Formação Continuada; 3) Metodologia da pesquisa; 4) Discussão e análise dos resultados; 5) Considerações finais, e 6) Referências.

## 2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO PPP, DA EJA E DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Neste trabalho, baseamo-nos em três eixos de discussão: Projeto Político-Pedagógico, Educação de Jovens e Adultos e Formação Continuada. A fundamentação toma como referência a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, por meio do artigo 12, inciso I, que “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996). Assim, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) passou a ser um documento de referência para afirmar a gestão democrática nas escolas de educação básica, sendo fundamental para a organização e orientação do trabalho pedagógico nas escolas. A elaboração deve ser de forma colaborativa por membros da comunidade escolar, incluindo gestores, professores, alunos, pais e funcionários, com o objetivo de definir os rumos da instituição de ensino. Como bem destaca Silva (2003, p.296) o PPP é:

Um documento teórico-prático que pressupõe relações de interdependência e reciprocidade entre os dois polos, elaborado coletivamente pelos sujeitos da escola e que aglutina os fundamentos políticos e filosóficos em que a comunidade acredita e os quais deseja praticar; que define os valores humanitários, princípios e comportamentos que a espécie humana concebe como adequados para a convivência humana; que sinaliza os indicadores de uma boa formação e que qualifica as funções sociais e históricas que são de responsabilidade da escola.

Sendo assim, a elaboração do PPP é uma tarefa conjunta, envolvendo todos os segmentos da escola, para garantir que as vozes de todos sejam ouvidas e que as decisões sejam tomadas de forma democrática. A participação de diferentes segmentos é crucial, pois cada um pode contribuir com perspectivas e necessidades específicas. Visto que, o PPP tem como finalidade estabelecer a identidade da escola, definir seus princípios, objetivos, missão e valores. Além disso, ele orienta as práticas pedagógicas, a organização, estrutura curricular e direciona as ações educacionais. Outrossim, o PPP desempenha um papel central na vida da escola, pois é o guia para a prática educativa. Ele ajuda a manter a coerência entre o que a escola pensa e o que efetivamente faz. Além disso, ele promove diretrizes para a promoção de uma educação de qualidade, inclusiva e alinhada com as necessidades da comunidade. De acordo com Oliveira (2005, p.1):

O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição

para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar.

Assim, construir o PPP é essencial, pois permite que a escola adapte suas práticas para atender às necessidades emergentes e refletir as aspirações da comunidade escolar. Ademais, por ser um guia estratégico, é fundamental que o PPP seja atualizado de preferência ao longo do ano, para considerar as particularidades do contexto socioeconômico da comunidade. Esse ambiente está sujeito a transformações que podem impactar diretamente a vida dos alunos, gerando desafios distintos no processo de avaliação. Nesse sentido, a atualização do PPP se torna essencial para buscar aprimoramentos, já que a escola reflete as dinâmicas sociais e econômicas locais. A implementação adequada do PPP é fundamental para garantir que as ações e estratégias definidas sejam colocadas em prática de maneira eficaz, garantindo a melhoria contínua da qualidade da educação oferecida.

Consoante as especificidades que que vimos tratando em relação ao PPP, a trajetória da EJA ao longo dos anos tem sido marcada por desafios. Houve uma atribuição às províncias da responsabilidade pela instrução primária e secundária de todos os cidadãos, com um foco especial nos jovens e adultos. Nesse período, a abordagem da EJA estava impregnada de um viés missionário. O ato de alfabetizar essas pessoas era encarado como um gesto de solidariedade por parte daqueles que dominavam a escrita em direção aos considerados perigosos e marginalizados. Assim, o acesso à alfabetização para jovens e adultos não era visto como um direito inerente, mas sim como uma ação benevolente por parte dos alfabetizados em direção aos menos favorecidos.

Com o passar dos anos, a EJA passou por diferentes fases e contextos históricos, refletindo as mudanças na sociedade e nas políticas educacionais. Durante a primeira metade do século XX, a EJA esteve associada principalmente à erradicação do analfabetismo e à formação de mão de obra para o mercado de trabalho. No ano de 1938, foi instituído o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), e em 1942 houve a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP). Esse fundo tinha como propósito implementar programas destinados a expandir e integrar o Ensino Supletivo para jovens e adultos. Posteriormente, em 1945, houve a regulamentação desse fundo, determinando que 25% dos recursos fossem direcionados especificamente para a educação de adolescentes e adultos. Em seguida, no ano de 1946, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Primário, que incluía disposições para o ensino supletivo.

Logo, em 1947, foi lançado um programa de alcance nacional, destinado especialmente às pessoas adultas, com a criação do SEA (Serviço de Educação de Adultos).

Foi somente a partir da década de 1960, com o Movimento de Educação de Base (MEB) e em 1967 a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que a EJA ganhou mais visibilidade e reconhecimento.

A EJA é identificada como uma modalidade de ensino na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. O artigo que menciona a EJA é o Artigo 37, que destaca:

**Art. 37.** A educação de jovens e adultos, modalidade da educação básica, destina-se a atender pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos que não puderam concluir a educação básica, a oferta de educação, com o objetivo de promover a inclusão e garantir o direito à aprendizagem.

§ 2º A educação de jovens e adultos deverá considerar as especificidades dos alunos, respeitando suas experiências de vida e suas necessidades, promovendo metodologias que estimulem a autonomia e a reflexão crítica.

§ 3º As instituições de ensino deverão fomentar a articulação entre a educação formal e a educação não formal, visando ao desenvolvimento integral dos educandos e ao fortalecimento da cidadania.

§ 4º O poder público, em todos os níveis, deverá promover ações que incentivem a participação da comunidade na oferta e na gestão da educação de jovens e adultos, assegurando a democratização do acesso e a valorização da diversidade cultural (BRASIL, 1996).

Só após a promulgação da LDB, que reafirmou a EJA como um direito de cidadania e um dever do Estado, e na década de 1990, a EJA passou por um processo de expansão e diversificação, com a criação de programas e políticas específicas voltadas para atender às necessidades desse público. Com isso, foram implementados programas com o objetivo de ampliar o acesso à educação básica e combater o analfabetismo.

Assim, os debates para a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases Nº 9.394, de 1996 puseram o tema da EJA em pauta, demandado fortemente pela sociedade civil, produzindo o direito e forçando o poder público a gerar oferta adequada para esse setor da população. Quando se trata de Educação de Jovens e Adultos no Brasil, para Freire (2013, p. 31), é fundamental que as pessoas aprendam a ler o mundo a partir de suas próprias experiências, cultura e história.

Reconhecer-se como oprimido e buscar a libertação dessa condição é uma premissa fundamental em sua visão educacional. Assim diz:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando está se revista da falsa generosidade referida.

No entanto, apesar dos avanços, hoje a EJA ainda enfrenta desafios significativos no Brasil. A falta de investimento adequado, a precariedade das condições de ensino, a falta de formação adequada para os professores e a ausência de políticas educacionais eficazes são alguns dos obstáculos que dificultam o pleno desenvolvimento da EJA como modalidade educacional inclusiva e de qualidade, estas carências são formas de opressão que afetam diretamente os alunos da EJA. Os oprimidos, neste caso, seriam os jovens e adultos com diferentes históricos de vida, experiências educacionais e necessidades de aprendizagem em busca de educação, que enfrentam dificuldades decorrentes da negligência do sistema educacional.

Assim, a perspectiva de Freire (2013) nos lembra que a luta pela melhoria da EJA não é apenas uma questão técnica ou política, mas também uma luta por dignidade, justiça e inclusão, na qual os próprios oprimidos devem ser agentes ativos de transformação, portanto, adotar uma abordagem pedagógica flexível e inclusiva, que leve em consideração a diversidade de contextos e realidades dos alunos da EJA. Outrossim, pesquisas diversas revelam que a maturidade dos estudantes adultos não costuma ser um obstáculo ao aprendizado. Na verdade, em várias situações, essa experiência de vida pode favorecer o processo de ensino e aprendizagem. Assim cita Llosa *et al.* (2001, p. 32):

Se destaca la importancia que la relación con el docente tiene para estos adultos que acceden a la “segunda chance educativa”; relación que sobrepasa el vínculo del conocimiento. Se señala una imagen positiva del docente no sólo centrada en los procesos de enseñanza y aprendizaje sino en los aspectos afectivos. Los jóvenes y adultos hablan de un docente “escucha”, de un docente “conteniente” de sus problemáticas cotidianas y “consejero” para enfrentarlas. Aparece también el rol del docente a respecto de la demanda, como facilitador del ingreso y estimulador de la continuidad de los adultos en las instancias educativas.

Sendo assim, as pesquisas ressaltam a importância da afetividade na relação professor-aluno para o processo de ensino-aprendizagem, pois essa conexão pode despertar o interesse pelo conhecimento e motivar a permanência na escola. Nesse contexto, a EJA se destaca não apenas por permitir que indivíduos retomem seus estudos e adquiram conhecimentos que resgatem sua cidadania, mas também por ser um instrumento de transformação social. Ao respeitar a diversidade e garantir acesso à educação para todos, independentemente da idade ou histórico educacional, as políticas educacionais e as práticas pedagógicas se tornam fundamentais para promover a igualdade de oportunidades.

A formação continuada é essencial para o desenvolvimento dos profissionais da educação, pois possibilita a adaptação e aprimoramento constantes das práticas pedagógicas. Mais do que uma capacitação técnica, trata-se de uma jornada que reflete na evolução pessoal dos educadores, influenciando não só suas práticas em sala de aula, mas também a sua inserção e compreensão do ambiente social que compartilham com os alunos. Com esse pano de fundo, a formação continuada se revela como uma ponte que liga questões sociais, como ética, cidadania e convivência, ao cotidiano escolar, oferecendo aos professores uma base sólida para integrar esses temas em suas metodologias.

Ao promover um olhar crítico e reflexivo, a formação continuada eleva a prática docente ao integrar, de forma significativa, a educação ao contexto de vida dos estudantes. Essa prática busca desenvolver neles competências fundamentais, como a autonomia e o pensamento crítico, para que possam atuar de forma consciente e responsável na sociedade. Isso é especialmente importante na EJA, onde o perfil dos alunos exige abordagens que considerem suas vivências e experiências prévias. Neste cenário, a formação continuada torna-se uma base indispensável para que os educadores ampliem suas perspectivas e incorporem estratégias inovadoras, construídas a partir de estudo, pesquisa e reflexão crítica sobre suas práticas.

Entender a formação continuada como um processo permanente é crucial para o fortalecimento da educação como um todo. Não se trata apenas de uma extensão da formação inicial, mas de um esforço contínuo para garantir que as práticas pedagógicas sejam relevantes e eficazes. A interação entre o conhecimento teórico e prático é a chave para uma atuação docente de qualidade, pois permite que o educador conecte fundamentos acadêmicos com situações reais de sala de aula. Mais do que um modelo fixo de ensino, a formação continuada oferece um espaço flexível de aperfeiçoamento, onde teoria e prática se complementam mutuamente. A teoria, ao embasar a prática, proporciona ao professor uma visão mais aprofundada de suas ações, enquanto a prática traz novos questionamentos e experiências que enriquecem seu repertório teórico.

No contexto da EJA, observa-se que muitos desafios enfrentados pelos educadores estão relacionados a uma lacuna entre as práticas pedagógicas e as necessidades específicas dessa modalidade de ensino. A realidade é que muitos educadores atuam na EJA com abordagens focadas no ensino regular, o que nem sempre é compatível com o perfil desses alunos. Isso ocorre, em parte, devido à formação inicial voltada prioritariamente para o ensino de crianças e adolescentes, deixando a EJA com menos ênfase em metodologias apropriadas para o público adulto. Para superar esse obstáculo, a formação continuada se faz ainda mais necessária, permitindo que os professores desenvolvam habilidades e compreensões que atendam às especificidades dos estudantes da EJA e valorizem suas experiências de vida como parte integrante do processo educativo.

Os professores que atuam na EJA requerem uma formação especializada que leve em conta o perfil singular de cada aluno. Nesse cenário, o professor é um construtor de conhecimento, ampliando seu papel de educador para também ser um pesquisador que elabora e compartilha saberes específicos para a EJA, visto que, os mesmos possuem vivências, interesses e demandas distintas das turmas regulares. Para que esse papel seja efetivamente realizado, é necessário que a formação oferecida inspire uma visão crítica sobre os desafios encontrados na EJA e incentive o aprimoramento contínuo das práticas educativas. Como afirma Pimenta (2012, p. 51):

[...] o professor pode produzir conhecimento a partir da prática, desde que na investigação reflita intencionalmente sobre ela, problematizando os resultados obtidos com o suporte da teoria.

Para que o educador da EJA possa atuar de forma reflexiva e alcançar suas aspirações pedagógicas, é indispensável uma formação continuada que estimule reflexões críticas sobre os desafios e as práticas específicas dessa modalidade de ensino. A inclusão da EJA nos PPP das escolas exige que a formação dos professores considere as particularidades desse público, fortalecendo a integração entre teoria e prática para promover transformações significativas nas abordagens pedagógicas. Assim, a estrutura dos programas formativos deve estar comprometida com a construção de um ensino inclusivo e de qualidade, que respeite e responda às necessidades e contextos dos estudantes da EJA.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A abordagem metodológica empregada no desenvolvimento das ações foi a pesquisa colaborativa, na qual um grupo de pesquisadores da universidade se dedicou a ouvir, observar, acompanhar e compreender a dinâmica das escolas da EJA. Esse processo colaborativo foi fundamental para problematizar e refletir sobre as práticas pedagógicas relacionadas à gestão, coordenação, docência e formação continuada, além de contribuir para a reformulação dos PPP's. Diante da constatação da ausência da EJA nos PPP's, optou-se por oferecer uma oficina abordando essa temática aos coordenadores pedagógicos das escolas e técnicos da DRE 5. No primeiro encontro, participaram o gestor da DRE 5, os diretores e vices, que apresentaram o programa e concordaram sobre a necessidade de recuperar o número de alunos que vem gradativamente deixando a escola.

As falas dos participantes refletiram o histórico de cada escola, abordando os desafios diários relacionados à infraestrutura, ao currículo, às dificuldades de aprendizagem, e às altas taxas de evasão, abandono e reprovação. Para aprofundar a compreensão sobre a situação da EJA nas escolas e fomentar a construção coletiva de soluções, foram realizadas reuniões, entrevistas, observações, rodas de conversa e um mini curso.

Essas reuniões permitiram um espaço de diálogo aberto entre os coordenadores pedagógicos e os gestores, facilitando a troca de experiências e ideias. As entrevistas possibilitaram um levantamento mais detalhado das percepções dos participantes sobre a EJA e suas particularidades. A observação direta nas escolas ofereceu insights sobre a realidade vivenciada por alunos e educadores, enquanto as rodas de conversa promoveram uma reflexão crítica sobre as práticas educativas em curso. O mini curso serviu como ferramenta de capacitação, abordando estratégias para a inclusão da EJA nos PPP's e estimulando a colaboração entre os profissionais da educação.

A coleta de dados, uma fase crucial em qualquer pesquisa científica, é fundamental para a obtenção de informações que subsidiarão análises, interpretações e conclusões. No contexto acadêmico, essa coleta pode ser realizada de diversas maneiras, sendo a pesquisa de campo uma das abordagens mais utilizadas. A autora Lakatos (2003, p.186) define pesquisa de campo como aquela utilizada para obter informações sobre um problema, buscar respostas a hipóteses ou descobrir novos fenômenos e suas relações. A pesquisa de campo permite a observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, a coleta de dados pertinentes e o registro de variáveis que se presume relevantes para a análise.

Lakatos enfatiza que essa abordagem busca capturar a realidade em sua totalidade, permitindo uma compreensão mais abrangente dos fenômenos investigados. Ao observar fatos e fenômenos em seu contexto natural, os pesquisadores têm a oportunidade de explorar nuances e complexidades que podem passar despercebidas em ambientes controlados. Assim, a pesquisa de campo oferece maior validade externa aos resultados, contribuindo para a generalização dos achados e para a aplicabilidade prática das conclusões obtidas. Portanto, a pesquisa de campo, conforme delineada pelo autor, é uma ferramenta valiosa para investigar problemas complexos, testar hipóteses e expandir o conhecimento científico.

#### **4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Para a realização do levantamento de informações necessárias, foram realizadas formações sobre o PPP com a participação dos diretores e coordenadores das escolas da DRE-5. Aos participantes, foi fornecido um roteiro orientativo sobre a formulação do projeto, elaborado pela professora Zenilda Botti Fernandes e autorizado pelo gestor da DRE-05, com o objetivo de obter um PPP alinhado com a LDB.

Após a análise dos documentos, foram realizadas visitas às escolas da região que serviram como objeto de pesquisa. Essas visitas não apenas enriqueceram nossa compreensão das dinâmicas escolares, mas também forneceram dados essenciais para uma análise da prática pedagógica e da gestão escolar. Por meio de observações participativas e entrevistas com gestores e membros da comunidade escolar, pudemos avaliar de forma abrangente como as mudanças nos PPPs ocorreram.

No âmbito deste trabalho, realizamos uma análise dos PPPs de cinco escolas públicas estaduais vinculadas à DRE-05. Essa análise foi conduzida pela avaliação dos documentos dos PPPs e por meio de diálogos e conversas com as equipes gestoras e pedagógicas das instituições. Ao analisar o PPP dessas escolas, observamos algumas lacunas importantes que podem impactar a compreensão e a eficácia do projeto. Diante dessas constatações, destacamos a importância de revisões e atualizações periódicas nos PPPs das escolas, garantindo que esses documentos estejam alinhados com as diretrizes educacionais e as necessidades da comunidade escolar. Afinal, o PPP é um instrumento essencial para nortear as ações pedagógicas, promover a participação da comunidade e assegurar uma educação de qualidade para todos os estudantes. Assim, Oliveira (2005, p.1) diz:

[...] qual seja a função social da escola e no estabelecimento de um trabalho pedagógico que promova a socialização da cultura, levando a comunidade local e escolar, especialmente os alunos, a se apropriarem do saber como um direito universal, já que a educação pode nos tornar mais humanos, mais atualizados historicamente e mais sintonizados com os problemas sociais do nosso tempo-espço.

Quando analisamos os PPPs das escolas após a formação, com a expectativa de encontrar atualizações conforme o roteiro passado, observamos que alguns aspectos não estavam em conformidade, destacando desafios significativos na atualização desses documentos. O PPP é uma obra em constante evolução, ajustada às demandas da escola em determinado período. Embora apresente elementos fixos, também é permeado por elementos móveis, como a atualização do corpo docente, discente e números de matrícula, que contextualizam a realidade da escola. Contudo, é importante ressaltar que o PPP, além de não haver a inclusão da EJA, também apresenta outras inconsistências. Por isso, é essencial que o PPP não seja feito por uma consultoria e sim moldado pela comunidade escolar, refletindo suas características e investimentos ao longo dos anos para estabelecer uma visão, missão e objetivos claros. Vasconcellos (1995, p. 52) enfatiza a relevância da participação coletiva afirmando:

[...] mais importante do que ter um texto bem elaborado, é construirmos o envolvimento e o crescimento das pessoas, principalmente dos educadores, no processo de construção do projeto, através de uma participação efetiva naquilo que é essencial na instituição. Que o planejamento seja do grupo e não para o grupo. Como sabemos, o problema maior não está tanto em se fazer uma mudança, mas em sustentá-la. Daí a essencialidade da participação.

Assim, é possível incorporar uma variedade de perspectivas, experiências e conhecimentos, enriquecendo assim o processo de elaboração do documento. Isso significa que o PPP não deve ser visto apenas como uma formalidade, mas sim como uma oportunidade para a comunidade escolar expressar suas visões, valores e aspirações para a educação. Com a participação ativa da comunidade escolar, o PPP se torna um reflexo verdadeiro e representativo das necessidades e expectativas de todos os envolvidos no ambiente escolar.

Ademais, a escola pode personalizar suas metas, objetivos e estratégias educacionais para atender às demandas específicas de sua comunidade, levando em consideração aspectos como diversidade cultural, socioeconômica e pedagógica. Isso contribui para a criação de um ambiente escolar mais inclusivo, receptivo e alinhado com as necessidades individuais de cada aluno. Além disso, ao envolver os pais e membros da comunidade local, o PPP pode se tornar uma ferramenta poderosa para promover o engajamento e a parceria entre a escola e a comunidade, fortalecendo os laços de confiança e colaboração.

Outrossim, é crucial que o PPP não se torne letra morta, mas sim ganhe vida nas salas de aula. Os alunos precisam compreender a importância da escola em suas vidas, o que ela está fazendo por eles e como contribui para seu desenvolvimento. Portanto, é fundamental que o projeto seja amplamente divulgado, disponível nas salas dos professores e enviado via

WhatsApp ou Email para alunos e docentes, pois, sendo um documento público, sua divulgação é essencial para que se torne efetivo. Quando não é tornado público, torna-se apenas palavras vazias, assim como Veiga (2001, p.13) acrescenta:

O projeto não é algo construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova de cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Essa abordagem destaca que um dos principais desafios enfrentados pelas escolas na construção e gestão de seu PPP é, de fato, evitar que o projeto seja apenas um documento elaborado sem uma real implementação e vivência prática. Em vez disso, é fundamental compreendê-lo como algo muito mais dinâmico e significativo. O mesmo não pode ser tratado como um simples arquivo para ser guardado e esquecido, mas sim como um processo contínuo que requer revisões e avaliações constantes por parte de todos os segmentos da comunidade escolar.

Nas escolas analisadas, foram identificadas a falta de ênfase na Educação de Jovens e Adultos nos pressupostos educativos, sendo destacada como uma área de melhoria. Essas falhas comprometem a eficácia do Projeto Político-Pedagógico como guia para as práticas pedagógicas e sua consonância com as necessidades da comunidade escolar.

Esses desafios evidenciam a urgência de aprimorar os processos de implementação e atualização dos PPPs, garantindo que esses documentos cumpram efetivamente seu papel de nortear as ações educacionais. Durante a visita às escolas e conversas com a equipe pedagógica, foi apresentado um novo PPP que já estava cerca de 80% completo. Nesse diálogo, reforçou-se a importância de divulgar o documento para toda a comunidade escolar, bem como a necessidade de incluir informações relevantes sobre a EJA, detalhando as estratégias e ações voltadas para seus alunos.

Essa experiência sublinhou a importância da construção e revisão dos PPPs, destacando a necessidade de engajamento e colaboração de toda a comunidade escolar. Apenas através de um esforço conjunto será possível assegurar que o PPP promova uma educação de qualidade, alinhada às realidades locais.

A inclusão da EJA no PPP é fundamental para promover equidade e garantir o acesso à educação para todos. Ao integrá-la de forma abrangente, as instituições reconhecem e valorizam sua importância, assegurando visibilidade e relevância. Essa abordagem também desempenha

um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, refletindo a busca por oportunidades educacionais ao longo da história.

Contudo, a EJA enfrenta desafios como a falta de investimentos adequados, condições de ensino precárias e a necessidade de formação específica para os professores. A inclusão efetiva nos sistemas educacionais requer uma abordagem pedagógica flexível, adaptada às necessidades individuais dos alunos. É essencial reconhecer essa modalidade não apenas como um meio para erradicar o analfabetismo, mas como uma ferramenta de empoderamento pessoal e social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática.

Além disso, a EJA é essencial para a inclusão, oferecendo oportunidades de aprendizado e desenvolvimento pessoal para aqueles que não puderam concluir sua educação formal na idade apropriada. Pessoas de diversas idades e origens podem adquirir conhecimentos e habilidades fundamentais. Como afirmou Freire, "não há saber mais ou menos; há saberes diferentes" (2013, p. 49).

Para que essa modalidade seja verdadeiramente inclusiva, é imprescindível um compromisso institucional e uma abordagem pedagógica que reconheça as necessidades específicas desse público. Isso implica adaptar conteúdos e metodologias de ensino, além de criar um ambiente acolhedor e livre de preconceitos. Infelizmente, essa educação é frequentemente negligenciada no contexto escolar, resultando em exclusão para aqueles que buscam oportunidades de desenvolvimento.

Além disso, a formação continuada dos educadores é essencial para garantir a eficácia dessas adaptações. Essa formação não deve se restringir a um evento pontual, mas deve ser um processo contínuo que possibilite aos professores desenvolver competências específicas para atender às demandas dos alunos da modalidade. Capacitações regulares podem oferecer ferramentas práticas e teóricas que ajudem os educadores a inovar em suas práticas, promovendo metodologias inclusivas e respeitosas com a diversidade dos alunos.

Observou-se que a proposta curricular das escolas não destacava a organização e as ações voltadas para a educação de jovens e adultos. Recomenda-se, portanto, a inclusão de uma seção específica no PPP que aborde detalhadamente a organização, as estratégias adotadas, a carga horária, os objetivos educacionais, os recursos didáticos e os resultados alcançados.

Assim, é essencial que o PPP reconheça a EJA como parte integrante do sistema educacional. Os ajustes nas inconsistências identificadas são fundamentais, pois o PPP é um documento em constante evolução, ajustado às demandas da escola e às necessidades da comunidade escolar. Esse processo requer um compromisso coletivo e uma abordagem centrada no aluno, promovendo igualdade de acesso e justiça social na educação. Somente

assim será possível construir uma sociedade mais inclusiva, equitativa e democrática por meio da educação, com ênfase na formação continuada dos educadores envolvidos, capacitando-os para enfrentar os desafios específicos que surgem no cotidiano da sala de aula.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo representou uma jornada significativa rumo à compreensão mais profunda dos Projetos Políticos Pedagógicos e sua atualização nas escolas, ressaltando a necessidade de incluir a Educação de Jovens e Adultos como elemento essencial nesse documento. Ao analisarmos minuciosamente os PPPs, identificamos diversas lacunas e oportunidades de melhoria, bem como desafios significativos na revisão e execução desses projetos, enfatizando a importância da participação efetiva da comunidade escolar no processo de construção. O PPP não deve ser uma mera formalidade, mas sim uma oportunidade de expressar as visões, valores e aspirações da comunidade educacional. Assim, é crucial que o PPP seja moldado por essa comunidade, refletindo suas características e investimentos ao longo do tempo, estabelecendo uma visão, missão e objetivos claros.

Destacamos ainda a necessidade de tornar o PPP um documento vivo, amplamente divulgado e acessível a todos os membros da comunidade escolar. Quando não é tornado público, corre-se o risco de se transformar em palavras vazias, sem impacto real nas práticas pedagógicas e no alinhamento com as necessidades da comunidade. É fundamental compreender o PPP como um processo contínuo que requer revisões e avaliações constantes de todos os segmentos da escola.

Ademais, a inclusão da EJA nos PPPs das escolas foi abordada com ênfase. Reconhecemos a relevância dessa modalidade de ensino na promoção da equidade e no acesso à educação para todos. No entanto, constatamos uma falta de consideração adequada das necessidades e demandas da EJA nos PPPs analisados. Portanto, recomendamos que as escolas incluam a EJA de forma abrangente e holística em seus PPPs, garantindo sua visibilidade e relevância dentro da instituição educacional.

Neste contexto, a formação continuada ganha importância fundamental. É por meio da parceria e da pesquisa colaborativa entre a universidade e a educação básica que podemos contribuir para a melhoria da qualidade social da educação. A formação continuada permite que os educadores desenvolvam habilidades e compreensões que atendam às especificidades dos estudantes da EJA, valorizando suas experiências de vida como parte integrante do processo

educativo. Esse processo eleva a prática docente ao integrar, de maneira significativa, a educação ao contexto de vida dos estudantes.

Em suma, este estudo ressalta a importância do PPP como um instrumento essencial para nortear as ações pedagógicas das escolas, promover a participação da comunidade e assegurar uma educação de qualidade para todos os estudantes. Ao reconhecer e enfrentar os desafios na atualização e execução dos PPPs, bem como na integração da EJA, podemos trabalhar juntos para construir um sistema educacional mais inclusivo, equitativo e democrático.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.* Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 15 out. 2024.

**da escola.** Salto para o futuro, Brasília, v.1, n.1. p. 1-3, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 32ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GÓMEZ, Angel Ignacio Pérez, (1997). *Socialización y educación en la época postmoderna: ensayos de pedagogia crítica.* Madrid: Editorial Popular.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5 ed. São Paulo : Atlas 2003.

LLOSA, S. et al., (2001). **La situación de la educación de jóvenes y adultos en la Argentina.** Revista Brasileira de Educação, nº 18, p. 32.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP)**

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Org.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, M. A. **Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira.** Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 283-301, dez., 2003.

VASCONCELLOS, C.S. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo.** São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, I.P.A. e RESENDE, L.M.G. (orgs). **Escola: espaço do projeto políticopedagógico.** 5. ed. Campinas: Papirus, 2001.



*DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 2/2024 - FACEDUCACA (11.32.03)*

*(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)*

*(Assinado digitalmente em 14/11/2024 13:18 )*

ZENILDA BOTTI FERNANDES  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
ICED (11.32)  
Matrícula: ###528#1

Visualize o documento original em <https://sipac.ufpa.br/documentos/> informando seu número: 2, ano: 2024, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: 14/11/2024 e o código de verificação: **ed413e4b5d**